

# personagens malditas da história

andré canhoto costa



**SAÍDA DE EMERGÊNCIA**  
livros para fugir da rotina

# Í N D I C E

UM HISTORIADOR MALDITO.....	11
REVOLUCIONÁRIOS.....	21
Maximilien Robespierre.....	23
Vlad III, Príncipe da Valáquia (Drácula).....	38
Mao Tse Tung.....	49
Estaline.....	58
Bin Laden.....	80
TOTALITÁRIOS.....	93
Adolf Hitler.....	95
Nero.....	144
Mussolini.....	159
Leopoldo II.....	172
Saddam Hussein.....	182

CHEFES MILITARES.....	193
Átila.....	195
Hernan Cortés.....	204
D. Sebastião.....	214
Duque de Alba.....	228
Napoleão.....	239
CARISMÁTICOS.....	249
Salazar.....	251
George W. Bush.....	268
Tomás de Torquemada.....	284
Marquês de Pombal.....	292
Calígula.....	307
CONSPIRADORES.....	323
Leonor Teles.....	325
César Bórgia.....	336
D. Afonso VI.....	347
Carlota Joaquina.....	358
Henry Kissinger.....	366
PENSADORES.....	377
Maquiavel.....	379
Jean-Jacques Rousseau.....	387
Marquês de Sade.....	398
Friedrich Nietzsche.....	408
Karl Marx.....	419

*E o que será da virtude quando for necessário  
enriquecer a qualquer preço?*

JEAN-JACQUES ROUSSEAU



## U M H I S T O R I A D O R M A L D I T O

**O** grande escritor Alexandre Dumas — criador de o Conde de Monte Cristo e do mosqueteiro D'Artagnan — disse certo dia: «é privilégio dos romancistas criar personagens que matam as personagens dos historiadores. A razão é que os historiadores evocam meros fantasmas, ao passo que os romancistas criam gente de carne e osso». A que se referia Dumas quando falava nos fantasmas dos historiadores e na carne e osso das personagens de ficção? Talvez os historiadores pretendam explicar toda a realidade, enquanto os romancistas querem antes mostrar como o nosso entendimento do mundo é limitado. Com efeito, os historiadores — quando abraçaram a ideia da História como verdade — criaram uma aberração intelectual. Se não estamos todos de acordo sobre o nosso tempo — afundados em estatísticas e provas documentais — como podemos estar de acordo sobre o passado? O objeto do historiador é o Homem, e filósofos como Jean-Jacques Rousseau ou Michel Foucault (só para não sairmos desse grupo irritante, os intelectuais falantes de francês) não se cansaram de avisar: o conhecimento sobre o Homem é o mais precário de todos os nossos conhecimentos. Claro que o leitor, se não for ingénuo, sabe de há muito que a História é um instrumento de luta política. O que em nada belisca a sua importância. Podemos estar de acordo sobre os factos — e às vezes nem isso — mas dificilmente estaremos de acordo

sobre a sua interpretação. Antes de nos afundarmos num daqueles debates com milhares de notas de rodapé e milhões de livros citados, quero apenas dizer que a interpretação dos factos tem muitas origens, e temos feito de tudo para reduzir o número das nossas interpretações do mundo. Não seria melhor tentarmos compreender a vantagem de não pensarmos todos da mesma maneira? Se ninguém tem dúvidas da existência de Hitler ou Estaline (pelo menos, se não tiver tomado drogas ou álcool) há quem negue a culpa solitária do *führer* ou quem diga que isso do Gulag não foi bem assim. Os historiadores profissionais logo põem em movimento a sua artilharia: os documentos e as provas, os anos de investigação, o número de citações. E acabam a chamar a polícia. Não é caso para tanto. Permitam-me chamar em meu auxílio o divertido Umberto Eco: «a ficção sugere que a nossa visão do mundo real é talvez tão imperfeita como a visão que as personagens ficcionais têm do seu mundo». Neste sentido, não virá mal à terra se considerarmos que tudo é ficção e aceitarmos discutir, entre todos, quais as ficções que mais nos servem. Noto que o leitor mais desconfiando poderá levantar uma objeção: «mas foi precisamente esse relativismo o nosso grande problema, pois algumas das personagens malditas que tu — como autor — pretendes agora fazer desfilarem diante dos meus olhos, chegaram ao poder, manipularam multidões, causaram estragos irreparáveis no currículo moral da humanidade, por se considerarem as verdades como ficções e por se aceitarem todas as distorções políticas sobre o passado». Permitam-me discordar. Foi precisamente o inverso. Sempre que as escolhas morais e políticas sobre o passado são monopolizadas por um conjunto restrito de sábios (sejam sacerdotes, generais, professores, políticos eleitos, apresentadores de televisão-escritores ou corneteiros) estamos mais próximos de incorrer em delirantes ficções, inventadas e apoiadas por uma minoria, pronta a esmagar a maioria.

## POR QUE RAZÃO GOSTAMOS TANTO DE ESPECIALISTAS?

O grande historiador belga, Johan Huizinga, foi preso pelos alemães em 1942. Digo de propósito *os alemães*, e não os nazis, pois a Alemanha, na década de 1930 — no momento da ascensão de Hitler — tinha um fulgurante sistema universitário e uma elite política rica

e cultivada. Huizinga — que viria a morrer no exílio em 1945, sem ter visto a libertação do seu país — disse certo dia: «será sempre insegura uma historiografia suportada apenas por uma esotérica coutada de académicos. A historiografia deverá ser baseada nos fundamentos de uma cultura histórica, que deve ser pertença de qualquer pessoa culta». Por isso, as provas universitárias são públicas, para podermos partilhar entre todos o saber histórico, tão importante para as nossas decisões políticas. Simplesmente, o público não está lá, as salas estão geralmente vazias. Tenho algumas explicações para o fenómeno, mas não é este o lugar para abrir esse processo. Se existiram personagens malditas, foi porque a comunidade delegou demasiado poder e deixou de controlar o seu próprio destino. O homem comum tem de ser um historiador e o historiador tem de ouvir o homem comum, ou pelo menos, tem de reduzir a parte do conhecimento que lhe vem simplesmente da autoridade e da exclusão dos críticos.

### POR QUE RAZÃO TEMOS TANTA DIFICULDADE EM DISTINGUIR A VERDADE DA MENTIRA?

**S**obre os limites da verdade na História até custa a escrever uma linha. Não existe outro assunto sobre o qual se tenham produzido tantos livros inúteis. O brilhante historiador e classicista, Paul Veyne, escreveu sobre o assunto 343 páginas, no famoso livro *Como se Escreve a História*. Mas chega a ser hilariante, ver o esforço de uma grande inteligência a tentar policiar — com agentes lógicos e autoritários, sejam os silogismos ou as citações — uma atividade tão aberta e ambígua, como seja contar uma história. Veyne diz: «a História é uma narrativa de acontecimentos verdadeiros. Nos termos desta definição, um facto deve preencher uma só condição para ter a dignidade de História: ter acontecido realmente». No fundo, estamos pior do que Voltaire, quando disse no artigo «História» da *Enciclopédia*: «a História é a narrativa dos factos considerados como verdadeiros». Eis o problema: como se considera um facto verdadeiro e quem tem autoridade para considerar os factos verdadeiros? Vejo aqui — de forma clara — os dois principais problemas da História: a) a História não tem método por não abdicar da sua função totalitária, ou seja, aborda problemas muito vastos e complexos, tornando qualquer método inaplicável, e por isso os historiadores profissionais falam em



coisas tão vagas como «crítica» dos documentos, ou «análise», acabando sempre em argumentos de autoridade; b) sem método e linguagem próprios, os historiadores lutam desesperadamente por manter a sua autoridade sobre a «verdade» dos factos. Por isso, temos assistido com algum prazer a discussões cómicas, por exemplo, sobre a Revolução Francesa, ou a propósito do Estado Novo, para falarmos num tema familiar ao público português. Se o facto fosse limitado — e talvez devesse ser este o caminho — o historiador profissional estaria em melhor posição para fazer a crítica, tendo mais tempo e recursos para acumular informação ou corrigir erros. Por exemplo, se alguém disser que Salazar saltou de uma janela no dia 25 de Abril de 1974, por certo um historiador dirá: «isso é impossível, o facto ocorreu no dia 3 de agosto de 1968, e foi uma queda, não um salto». O historiador mostrará documentos, notícias do jornal, relatórios médicos, memórias de ministros. Mas se alguém avançar: «Salazar — que era um ditador fascista — caiu de uma cadeira», então, meu caro leitor está o caldinho entornado. Teremos então séculos de debates e livros publicados a discutir se o Estado Novo pode ser qualificado na categoria do Fascismo e depois milénios e bibliotecas cheias de livros sobre os limites da categoria Fascismo. Terá isso algum mal? De modo nenhum, mas nesse caso, o público deve participar e dar uma ajuda, pois as conclusões, por serem tão vastas, dizem respeito a todos. No fundo, a História trabalha com a memória coletiva, e o seu uso e crítica é uma tarefa coletiva e, quanto mais coletiva o uso e a crítica da História, mais útil e rigorosa. É tão simples que chega a ser insultuoso.

## **POR QUE RAZÃO O HISTORIADOR NÃO DEVE ESCONDER AS SUAS IDEIAS POLÍTICAS?**

**S**e algumas personagens foram consideradas malditas, justa ou injustamente, é o que pretendemos discutir neste livro, mas fique desde já estabelecido: se o romancista se sobrepõe por vezes ao historiador, na construção do imaginário público, é porque o romancista aceita as suas limitações com maior inteligência e não tem problemas em aceitar as dúvidas que todos temos sobre o passado. Desnudar essas limitações implica revelar os limites do principal instrumento da História: o historiador. Chegou o tempo de medir os instrumentos da medição. Revelar os historiadores com os seus preconceitos políticos

e culturais. Pois este historiador está pronto para ser o ratinho a correr na roda. Como dizia o inesquecível Rousseau: «o homem de bem é um atleta que se compraz em combater nu». Partamos do princípio que sou um homem de bem. Pelo menos, neste livro, o leitor o poderá julgar. Daí a minha modesta proposta com este livro: fazer uma experiência e submetê-la ao leitor comum. E peço desculpa por chamar «comum» ao digníssimo leitor. Vou apresentar um conjunto de personagens consideradas malditas. Vou selecionar os livros usados em função do meu juízo (peço desculpa) e da minha ideia de paciência do leitor e sobretudo da falta de tempo de que todos sofremos, pois julgo ser importante sobrar tempo ao leitor para fazer outras coisas. Por último, e não menos chocante: vou relevar que tipo de ideias, juízos ou sensações, essas personagens suscitaram no historiador que vos fala. Como entraram na memória deste historiador as tais personagens malditas e em que contexto? Como foi este historiador manipulado pela construção (*persona*) que todas as figuras históricas fizeram da sua personalidade? Como sobreviveu este historiador ao conflito de opiniões que o público foi acumulando — ao longo do tempo — acerca dessas figuras? O livro passa em revista os mais variados tipos de dissimulação pública. Se quisermos, é um catálogo de todas as formas de construção de uma personalidade política. Todas as grandes bandeiras erguidas pelos mais controversos dos políticos, ao longo da nossa marcha histórica, merecem a análise do público. O público deve estar preparado. Escolhemos os casos mais extremos para não termos desculpa. Facilmente o leitor encontrará semelhanças com muitas personalidades da nossa vida pública.

## O QUE É UMA PERSONAGEM MALDITA OU POR QUE MENTEM OS POLÍTICOS?

**T**alvez o principal problema da História seja compreender e explicar as ações, não só dos grandes homens, mas a de todos os indivíduos. Por que razão os romanos toleravam imperadores malucos? Seria obrigatório odiar os judeus no século XV? A Revolução Francesa teria mesmo de guilhotinar tanta gente? As tragédias do comunismo soviético e chinês foram apenas culpa dos fanáticos revolucionários? Se Hitler tivesse morrido à nascença, as «estruturas» produziram uma figura idêntica? Ora,

a relação entre a liberdade do indivíduo e os comportamentos sociais constitui um alçapão filosófico, do qual ainda ninguém regressou, após cair nele. Os pobres neurocientistas andam radiantes com a descoberta da relação entre a estabilidade do organismo e a produção da consciência. Avancemos com cuidado, para não sermos confundidos, nem com a ignorância obscurantista dos conversadores, nem com o otimismo impreciso e vaidoso dos cientistas. Segundo dizem os teólogos, o Mal entrou no mundo pela mão do Diabo. Um anjo revoltado, capaz de semear a divisão e provocar o sofrimento. Quando a filosofia moderna acumulou suficiente quantidade de maldade praticada pelos teólogos, os papas e os reis de direito divino (desde o colonialismo às guerras religiosas), deixou as macacadas bíblicas e abraçou um modelo menos ambicioso, mas também menos hipócrita. Para as sociedades desenvolvidas e democráticas (risos), a razão jurídica define a maldade. A qualificação do crime só pode ser feita por um tribunal ou pelo parlamento. Isto implica o cuidado técnico com o apuramento da verdade, a intenção e o grau de vontade em provocar a dor, o sofrimento e a morte, e provas materiais dos factos. Continua a existir o problema da intenção, bem conhecido pelos teólogos antigos; por isso inventaram o exame de consciência e o exercício da confissão. No nosso caso democrático, o apuramento da verdade sobre um crime tem de ser feito com respeito pelas leis, aprovadas por um parlamento, eleito pela vontade popular. Ou seja, a definição do mal, depois de percorrer o seu círculo, foi retirada da esfera dos moralistas e foi colocada na opinião pública e nas instituições. Grande vitória e grande sarilho. Para limitar esta espiral delirante, onde o mal está sempre ao virar da esquina, por ser uma escolha dos homens (basta pensar em Hitler), aplicam alguns a solução da natureza, o chamado direito natural. Só podemos aqui soltar uma gargalhada e citar o Marquês de Sade: «Quem mais senão a Natureza para nos sussurrar ódios pessoais, vinganças, guerras, na verdade, todos os eternos motivos para o assassínio?» Embora seja agradável pensar o contrário, satisfeitos com as nossas instituições democráticas e o controlo político das nossas forças armadas e das polícias, nada — a não ser a discussão pública e a negociação entre todos — protege as comunidades e os povos da maldade, da capacidade de infligirem a si e aos outros os mais cruéis e horrendos atos. Isto porque a todo o momento, se exigem decisões morais.

## POR QUE RAZÃO SE DIZ TÃO MAL DO ESTADO MAS SE ESPERA TUDO DO ESTADO?

**E**m certa medida, o Estado é uma conquista técnica sofisticada e uma aberração moral, pois coloca o indivíduo num dilema: a quem devo obedecer? À comunidade política e aos seus deveres ou à minha consciência e opinião? Os gregos viram isto muito melhor que nós (Antígona) e a cultura cristã atirou sal para a ferida (ninguém pode servir dois senhores). Na verdade, o negativo e o positivo, o bem e o mal, parecem ter o mesmo valor de operadores numa linguagem. Dependem do sentido geral e da apreciação feita posteriormente. Exemplos não faltarão neste livro. Mas basta pensar no código estabelecido pelo rei Hammurabi da Babilónia (c.1800 a.c.) defendendo a justiça na terra, a destruição dos perversos e malfeitores, para evitar a opressão dos fracos, dando enorme liberdade às mulheres. Mas na prática, estes Babilónios pouco dados a sonhos de eternidade bebiam álcool até cair para o lado, mandavam afogar os adúlteros, aceitavam a escravatura e castravam os homossexuais. Somos rápidos a compreender como os alemães aderiram ao nazismo e colocaram milhões de pessoas, incluindo crianças, em fornos, e falamos da humilhação sofrida na primeira guerra mundial e da inflação em 1922–1930. Mas consideramos o terrorismo islâmico como inerente à cultura árabe e ao Islão, qualificando as constantes humilhações dos países árabes, durante todo o século XX, como «desculpas esquerdistas». Se os árabes fossem todos ricos e nos vendessem automóveis de alta cilindrada, certamente seríamos mais indulgentes com as suas decapitações. A dificuldade do julgamento moral explica por que razão o público tolera os chefes políticos. Não temos tempo para controlar as nossas decisões e ficamos assim descansados, ao delegar a responsabilidade, pois alguém irá carregar as culpas quando a comunidade fizer asneira da grossa. Isto leva-nos ao problema da representação política. Preferimos seguir pessoas e não gostamos de processos. Por exemplo, é mais interessante estar com a nossa bela companhia a jantar à beira-mar do que ler um livro. É mais interessante gabar a voz, o rosto, a consistência moral (risos) de uma pessoa admirada, do que esgrimir argumentos sobre os impactos das suas ideias, se por acaso essa pessoa quiser governar o país. Por outro lado, algumas pessoas apostam

nesta fragilidade, prometendo mais do que podem cumprir. Se muitos de nós gostamos de ser conduzidos, por preguiça ou por aversão ao risco, muitos outros gostam de acumular poder, quase sempre por razões suspeitas. Somos fracos na avaliação da maldade. Perante personagens malditas (sobretudo quando ainda não sabemos se vão ser malditas) temos tendência para nos deixar convencer. Por isso, muito cuidado nas próximas eleições.

## POR QUE RAZÃO GOSTAMOS TANTO DAS MÁQUINAS E TÃO POUCO DE PESSOAS?

**S**egundo Charles Dickens, todo o mal é fruto das duas famosas e diabólicas criaturas: a miséria e a ignorância. Se tomarmos como exemplo a comovente pintura de Belskij Bogdanov, talvez seja verdade. O menino pobre russo, esfarrapado, com fome, amargurado, a caminho do trabalho duro, vindo talvez de uma casa onde há violência, espreita ao longe as outras crianças a estudar, tranquilas, lavadas e alegres. Não é preciso ser um génio para compreender a importância do contexto onde nascemos. Não é preciso ser um santo para perceber que dependemos todos uns dos outros. No nosso tempo, já não é fácil invocar desculpas para sermos inconscientes. Se no passado era necessário o escudo de Aquiles, para ver os desastres da guerra, prestes a atingir dois plácidos pastores ou a alegre celebração de um casamento, agora, temos o ecrã. As redes sociais oferecem uma imensa série de imagens, num infinito desenrolar, a todo o instante diante dos nossos olhos: a criança síria a balançar na maca, o fumo espesso do bombardeamento, a cidade esventrada, seguida de comentários muito sérios (ofendidos) sobre as injustiças dos árbitros no futebol, e a queda aparatosa, mas sem consequências, de um veraneante, num escorrega aquático, algures no Texas. As universitárias em Damasco, pintadas, trocam ideias sobre o futuro (e o utilizador pode correr o vídeo e ouvir o seu sorriso antes das bombas começarem a cair do céu). Depois surge novamente Aleppo transformada num caos de ruínas, e um jogador de futebol, num clube inglês, comprado por um bilionário saudita, assinando o contrato numa sala sumptuosa (a roupa que traz vestida compraria a passagem de cem crianças sírias num avião em primeira classe). Mas logo aparece Aylan Kurdi, o menino

sírio, afogado na orla da praia, de rosto na areia, em tranquila posição de sono, e depois, uma frase indignada sobre a pobreza das crianças portuguesas, a que ninguém liga, ou das africanas, que nem chegam a existir publicamente. Aparece agora a iraniana milionária fotografando, nua, a pronunciada anca, e agora é uma paquistanesa estrangulada pelo irmão; não, é uma criança amorosa a dormir no meio de um cesto de gatinhos, ou o pequeno Omran Daqneesh, de cinco anos, coberto de pó, a cabeça ensanguentada, sentado no banco de uma ambulância. O tempo e o espaço foram subtraídos. Mas é imperioso não ceder ao enorme charme da narrativa, como se antes tivéssemos vivido a idade de ouro, e agora o caos e a decadência. Nem pelo contrário, cair no fascínio pela indestrutível natureza e dizer como o Cândido de Voltaire: «tudo vai pelo melhor, no melhor dos mundos possíveis». Os acidentes acontecem, as espécies terminam. Façamos o nosso juízo e troquemos ideias, procurando eliminar as repetições, fazer resumos do que já sabemos, e tentando chegar a consenso sobre o que nos falta saber, dando voz ao maior número de pessoas possível, e esperando que um número máximo de pessoas possa tomar lugar na discussão e sobretudo, na decisão. A natureza não terá especial consideração por nós, se falharmos. Convém abrir os olhos, antes que seja tarde.



# REVOLUCIONÁRIOS



Toda a denúncia do mal exige certa coragem. Embora não sejam necessários elevados dotes de raciocínio. Por todo o lado, existe a crueldade, o abuso. Por todo o lado, se pode construir a promessa de justiça. A subversão contra o poder. Depois vem o esforço sempre incompleto na perseguição da igualdade. Quanto mais incompleto o esforço, mais violenta a reação. Quanto mais criticado, mais o revolucionário mergulha na teoria. A partir desse momento, ou a terra ou o inferno.

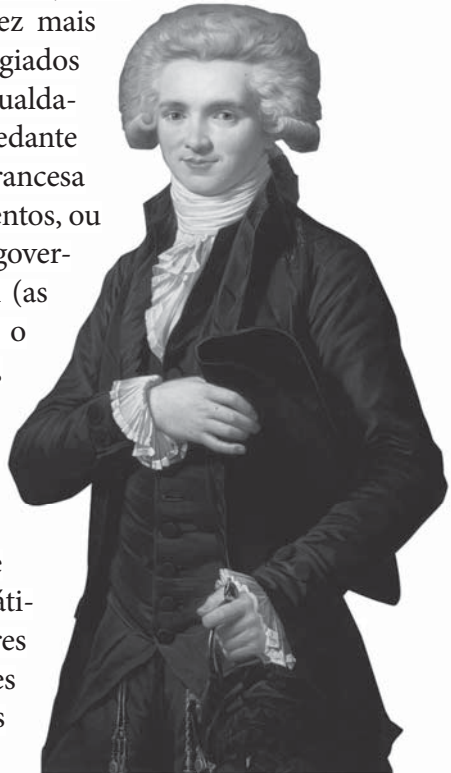




# MAXIMILIEN ROBESPIERRE

*Republicano puro*

**D**esde cedo me impressionou a troça das ideias progressistas. E cada vez mais me irrita o cinismo dos privilegiados qualificando qualquer desejo de igualdade como «sonhos jacobinos», a pedante crítica aos esforços da revolução francesa para impor a igualdade de rendimentos, ou a ironia sobre a falta de meios do governo revolucionário, a partir de 1791 (as fardas esfarrapadas dos soldados, o caos do abastecimento em Paris, a desordem nas ruas) como se o nosso trânsito ou o espetáculo deprimente das escaramuças futebolísticas não fossem razão suficiente para ter uma ideia do que custa erguer um governo democrático, mesmo na era dos computadores e da ciência. O medo das multidões e a voracidade sanguinária dos chamados *sans-culottes* (ou seja,



sem-calções a apertar no joelho, típicos da aristocracia) são temas típicos dos nossos intelectuais conservadores, apelando ao conservador inglês Edmund Burke, passando por desiludidos do comunismo como François Furet. Mais eficiente do que os revolucionários a cortar cabeças uns aos outros, só os novos historiadores a considerarem ultrapassados os estudos de historiadores passados. Quem hoje vai ler George Lefebvre, o autor de uma memorável vida de Napoleão, publicada em 1935? Nesse mesmo ano, Lefebvre foi honrado com a presidência da Sociedade de Estudos Robespieristas (desculpem o aportuguesamento) admirando a frugalidade, integridade e incorruptibilidade — uma palavra feia, mas bonita — do brilhante advogado Robespierre. Curiosamente, a interpretação da revolução francesa, escrita por Lefebvre, foi banida, durante a ocupação da França pelos nazis, e o regime de Vichy ordenou a destruição pelo fogo das oito mil cópias do livro. Na verdade, só nos buracos escuros, nas caves, nos andares baratos, com as contas por pagar em cima das cómodas, nas dívidas acumuladas e na memória da humilhação se compreendem os horrores da revolução. Para quem andou a vida inteira por relvados universitários ingleses, ou a quem basta um telefonema de um amigo para resolver um problema financeiro, ou um jantar num restaurante caro, seguido de um convite para escrever num jornal, ou até mesmo ensinar numa universidade, é muito difícil compreender a violência política. Federalistas norte-americanos como Paine eram menos polidos e não tiveram problemas em reconhecer que para instalar uma república como a norte-americana na Europa, seria necessário executar toda a nobreza. Já o tinha dito Maquiavel, quando recomendou a execução de toda a nobreza, antes de se fundar uma república. Mas não nos precipitemos, Robespierre começou a sua carreira política com uma defesa intransigente do fim da pena de morte, o que lhe valeu a ironia dos conservadores, que o mandaram ir pregar os seus bonitos discursos nas florestas infestadas de bandidos, tão apreciadas pelo senhor Rousseau<sup>1</sup>. Com efeito, o senhor Rosseau paga todas as faturas dos nossos problemas políticos e, quando se trata de bandidos, nenhuma violência é suficiente. Já quando o criminoso é um rei ou um ministro, alto e fim do baile. Os nossos cientistas políticos chamam a esta conclusão «demagogia». Mas o extraordinário livro de Dan Edelstein, *O Terror do*

---

<sup>1</sup> Dan EDELSTEIN, *The Terror of Natural Right: Republicanism, the Cult of Nature, and the French Revolution*, University of Chicago Press, 2009.

*Direito Natural*, mostra como o julgamento do rei Luís XVI constituiu a primeira tentativa de julgar um tirano como um criminoso contra a humanidade<sup>2</sup>. Dois dos mais jovens deputados, Saint-Just e Robespierre, quiseram levar a coerência democrática até níveis aceitáveis, declarando que a Constituição dos Direitos do Homem era a Constituição de todos os Povos. Acontece que os povos precisam de Constituições mais vastas e obscuras, e menos nobres, para se excluírem entre si e impor a desordem, escondendo a injustiça com a falácia do igual direito de recurso aos tribunais. Quando pensei em escrever um livro, intitulado *Touro*, acerca de um rapaz, saído adolescência, um clássico produto das periferias urbanas das cidades europeias, entrando no parlamento, a disparar contra os deputados eleitos, não me passava pela cabeça como a Europa estava prestes a passar por coisas semelhantes. As caixas de comentários e o facto de os autores serem hoje quase obrigados a receber ameaças de morte, se querem ultrapassar a primeira edição, são o mais claro sintoma de como preferimos ignorar a injustiça e o esmagamento anónimo de quem não conta para nada.

## RETRATO DO ARTISTA ENQUANTO ORFÃO

**M**aximilien Robespierre nasceu em Arras, velha terra francesa, a 6 de maio de 1758, numa família de advogados. Recebeu o nome do avô pelo lado do pai. A mãe, Jacqueline Marguerite Carrault, filha de um cervejeiro. Teve três irmãos mais novos, e aos seis anos de idade, Maximilien suportou a morte da mãe, em julho de 1764, depois de mais um parto. O pai entregou-se a uma viagem pela Europa e Maximilien foi criado pelos tios e revelou inteligência precoce, financiado para estudar em 1769 no Liceu Louis-le-Grand em Paris. Como toda a criança inteligente, aprendeu a admirar as virtudes da República Romana, apaixonou-se pela retórica clássica. Não pode ter ficado indiferente ao maior sucesso de sempre em língua francesa, devorando as diversas e geniais obras de Jean-Jacques Rousseau. O pai morreu em Munique em 1777 e já não assistiu ao triunfo académico do seu filho. Com dezassete anos, Robespierre seria escolhido entre centenas de alunos para dirigir o discurso de recepção numa visita do rei de França, Luís XVI. Se a História

---

<sup>2</sup> Ibid., p. 18.

pudesse ser alvo de retrospectiva, quanto não custaria um bilhete para ver esse deslumbrante momento em que o adolescente, futuro pai da virtude revolucionária, olhou com indisfarçável orgulho para aquela relíquia do Antigo regime e sabendo como em poucos anos, o adolescente, agora anónimo e a lutar pela sua sobrevivência — manietado pela difícil condição de órfão — teria a seus pés, aquele a quem tudo foi entregue numa bandeja de ouro. Alegadamente, o casal não se dignou sequer a sair da carruagem, devido à chuva, e abandonou a cerimónia. Com estudos das Leis, foi nomeado juiz criminal em Arras, em 1782. A nomeação do bispo não se manteve por muito tempo e, curiosamente a Maximilien não agradou ter julgar casos de vida ou morte. Sendo um advogado livre, deve ter de sido dos primeiros a enriquecer essa galeria de virtuosos juristas — imortalizados por Victor Hugo e Charles Dickens —, defendendo os pobres, os órfãos e as viúvas, no iníquo sistema em que o poder discricionário da alta nobreza e do dinheiro fazia da litigância jurídica um divertimento nas mãos dos poderosos. Ainda antes de findar o ano de 1783, já Robespierre se contava entre os Académicos de Arras, escrevendo sobre a injustiça de se responsabilizarem os familiares dos condenados.

## QUANDO A DEMOCRACIA DEIXA DE SER UMA FARSA

**R**obespierre, leitor da história romana, tinha os olhos postos na legitimidade eleitoral do governo e em breve era eleito como membro do Terceiro Estado para os pitorescos e irrelevantes órgãos representativos da monarquia francesa. Só em 1791 Robespierre tentou abolir a pena de morte, mas a maioria dos deputados recusou, considerando o terror um mal necessário<sup>3</sup>. Depois dos massacres do Campo de Marte, a 17 de julho de 1791, Robespierre já vive perto do coração político da França, a Assembleia e os clubes jacobinos, mas sobretudo hóspede de Maurice Duplay e extremamente interessado na sua filha mais velha, Éléonore. Revela competência política: conhecimento das instituições do seu tempo, da animada história da política da europa, uma convicção verdadeira na capacidade de alterar o rumo dos acontecimentos e confiança na

---

<sup>3</sup> Timothy TACKETT, *The Coming of the Terror in the French Revolution*, Harvard University Press, 2015, p. 36.

justiça. A lei monárquica permitia prender viúvas por dívidas (à atenção dos políticos contemporâneos) e a influência da magnanimidade estoica, com a sua profunda sabedoria sobre a necessidade de equilíbrios (não tinha Sólon abolido as dívidas em nome da paz?) influenciou Robespierre na defesa de leis capazes de combater a injustiça e promover uma natureza humana idêntica para todos<sup>4</sup>. Mas a revolução francesa, com a profundidade do seu debate político, fazia tremer os fundamentos da monarquia em toda a Europa. No início de 1792, os Girondinos pressionavam a Assembleia para entrar na guerra com a Áustria. Mas, curiosamente, revolucionários radicais como Jean-Paul Marat e Robespierre não tinham nenhum interesse na guerra, pois sabiam tudo sobre a Roma de Augusto e sobre a facilidade com que no clima bélico se favorece a suspensão das liberdades políticas, a necessidade de ordem e o militarismo expansionista, colocando no poder um qualquer general ambicioso<sup>5</sup>. Para entrar na luta política de forma mais consistente, em 1792, Robespierre funda o jornal *Le Défenseur de la Constitution*. As derrotas do exército francês, pressionado nas fronteiras pelos aliados da família real, ameaçavam o governo revolucionário. Robespierre não acreditava ser possível salvar a monarquia, dado o ponto a que as coisas tinham chegado, e via no processo eleitoral a única forma de legitimar o governo. Depois de tentativas armadas para derrubar o rei, Robespierre tentou aprovar um tribunal revolucionário e a eleição de um órgão por sufrágio universal masculino, muito mais do que era então tolerado, mesmo na liberal monarquia inglesa ou na República Holandesa. Robespierre confrontou então os franceses com o dilema político de todos os tempos: «Cidadãos! Queremos a revolução sem revolução? Que espírito de perseguição se volta agora para aqueles que tiveram a coragem de quebrar as correntes?»<sup>6</sup>. Robespierre via o dilema com clareza: o reconhecimento do direito de opinião política individual ameaçava estilhaçar a paz e a segurança do governo. A clivagem entre grupos, sobretudo os beneficiados com a paz podre, qualificados como *bourgeois* — ou seja, os que faziam negócios com o domínio da lei — inaugurava o grande trauma moderno.

---

<sup>4</sup> Michael SONENSCHER, *Before the Deluge: Public Debt, Inequality, and the Intellectual Origins of the French Revolution*, Princeton: Princeton University Press, 2007.

<sup>5</sup> Alan FORREST, «Robespierre, the war and its organization», *Robespierre*, Cambridge University Press, 1999, p. 130.

<sup>6</sup> Maximilien ROBESPIERRE, *Oeuvres*, Tome IX, pp. 88-89.

Na verdade, a prosperidade tem perdedores e os jacobinos foram talvez os primeiros a perceber isso. O lucro é impossível, se uma parte da informação sobre o negócio não for escondida do público e, por isso, o *laissez faire* não passava de uma quimera, a que os monarcas tinham cedido para interesse de uns poucos<sup>7</sup>. Mas esses poucos ameaçavam agora travar a revolução, em nome da ordem, da paz, da estabilidade, e claro, da sua fortuna. A vaga de livros sobre a revolução francesa dos últimos anos, dada a queda em desgraça das ideias marxistas e o triunfo de um certo conservadorismo, gosta de afirmar o desinteresse económico dos revolucionários. Mas os jacobinos legislaram, e muito, contra a especulação com o abastecimento das cidades. O controlo administrativo dos preços (esse demónio da economia liberal) foi menor do que se julga, e a aprovação de leis económicas mais competitivas foi uma realidade. Foram aprovadas medidas de confisco de propriedades a serem entregues aos carenciados, o que gerou um terramoto de ódios, claro.

## O REI SEM CABEÇA

**A** família real, quando já eram claras as dificuldades em legitimar uma monarquia constitucional, tentou fugir. Mas foram apanhados e a existência do rei, depois da tentativa de fuga — entendida como uma traição ao povo e à pátria, no sentido de buscar exércitos aliados e voltar à frente de uma expedição reacionária e punitiva — tornou-se na questão central da revolução. A 3 de dezembro de 1792, Robespierre alertou para o facto de o rei ser apenas uma ameaça. A pena de morte era justificável nos casos em que a segurança pública se encontrava ameaçada: Luís devia morrer para que a nação pudesse sobreviver<sup>8</sup>. O processo culminou com a votação a 15 de janeiro de 1793: dos 749 deputados, 691 consideraram Luís culpado da conspiração e ataque à segurança pública. Nenhum o considerou inocente, o que não era apenas um sinal de entusiasmo febril pela revolução, como os conservadores da Europa — de ontem e de hoje — se esforçam por dizer, mas um sinal inequívoco da esclerose e crueldade a que a monarquia francesa chegara nas vésperas da revolução.

---

<sup>7</sup> *Papiers inédits trouvés chez Robespierre*, Saint-Just, etc, Bouduin Frères, 1828, p. 15.

<sup>8</sup> ROBESPIERRE, *Oeuvres*, pp. 129-130.

## A GUILHOTINA

**N**a manhã de 21 de janeiro de 1793, o rei foi levado para a praça da revolução, onde o aguardavam mais de cem mil cidadãos. Luís foi levado para a guilhotina, mais um símbolo do tremendo equívoco em que se tornaram as ideias sobre a revolução francesa. Imagem do terror, a guilhotina é um sinal de misericórdia e progresso. As monstruosas e horrendas execuções aprovadas e tranquilamente defendidas pelo rei, a aristocracia e a maior parte do clero católico, implicavam castrações, tortura ao ferro, sal nas feridas e desmembramento a tração de cavalos, cabeças espetadas em estacas à porta das cidades, barbaridades cometidas muitas vezes sobre pobres coitados, e coisas sobre as quais, normalmente, Burke e seus descendentes, nada têm a dizer. Naturalmente, quem assim morria, eram ladrões de estrada, pilha-galinhas, adolescentes miseráveis, prostitutas e mulheres pobres; no fundo, gente sem importância. Mas a revolução fez subir ao cadafalso marqueses, condessas e banqueiros; foi o cabo dos trabalhos. Contudo, a guilhotina constituía uma extraordinária contenção e uma profunda misericórdia, é preciso dizê-lo. A rapidez e a tentativa científica de poupar o sofrimento, a efusão de sangue e o abolir o despedaçamento do corpo, constituíam um símbolo do progresso e da imparcialidade do governo republicano. Aliás, no Antigo Regime, a decapitação estava reservada à aristocracia. E foi o que aconteceu ao aristocrata dos aristocratas, o monarca francês. Quando o rei Luís XVI foi levado para o estrado na carruagem, caía uma intermitente chuva de inverno. Luís esteve uns breves minutos com o confessor, subindo depois à plataforma, onde perdeu a compostura, quando lhe retiraram o casaco, para cortar o cabelo e atar as mãos atrás das costas. Lutou com os executores da sentença, tentando falar à multidão, mas era tarde para o esclarecimento improvisado — não havia tido uma vida inteira para se dirigir à multidão? Os tambores soaram e, além de umas atabalhoadas palavras de circunstância, com certeza imaginadas na solidão do cárcere, soou um excruciante grito. A lâmina deslizou na calha com democrática velocidade e impôs o silêncio. Alguém gritou então: «longa vida à nação; longa vida à República» e um numeroso grupo de rapazes da escola festejaram o imortal momento, atirando ao ar os chapéus.



## O MEDO ALIMENTA O TERROR

**N**a noite de 20 de janeiro, o deputado Le Peletier de Saint- Fargeau, oriundo de uma das mais conceituadas famílias da burocracia do Estado monárquico, mas republicano e defensor entusiasmado da execução do rei, preparou-se para pagar a conta no restaurante *Jardim da Igualdade*. Seis homens entraram e, com um sabre, esfaquearam o deputado no peito, provocando uma lenta agonia e, já de madrugada, a morte. O funeral uniu os membros da Convenção, a Assembleia revolucionária e o famoso pintor, Jacques-Louis David, organizou o desfile com eloquência romana: o corpo transportado pelas ruas, despido, para contemplação da enorme ferida, ainda sangrenta<sup>9</sup>. Robespierre também recebera ameaças de morte. No mês de setembro de 1793, uma jovem rapariga de vinte e cinco anos, Charlotte Corday, pediu para ser recebida pelo político radical e médico, Marat, dizendo ter notícias importantes. Marat, a recuperar de uma doença de pele, repousava num banho quente. Quando recebeu autorização para entrar, Charlotte puxou de um punhal e cravou-o no peito de Marat, mesmo junto ao coração, morto quase imediatamente, na banheira inundada de sangue<sup>10</sup>. O terror não era, portanto, a diligência totalitária do século XX, o poderio brutal do Estado armado contra indefesos, espiolhados por serviços de informação, uma força repressiva implacável custeada pelos milhões do orçamento público. Os deputados da Convenção responsáveis pelas execuções revolucionárias circulavam todos os dias pelas ruas de Paris, dormiam vulneráveis nas suas casas, estavam dispostos a discutir na rua com os seus críticos. Na verdade, a França estava partida em mil pedaços e, por todo o lado, podia brotar a violência organizada, mesmo contra deputados eleitos. As revoltas e motins sucediam-se com estonteante velocidade. A tentativa dos historiadores contemporâneos, em inquirirem sobre a natureza autêntica de uma revolta — consoante agrada ou não a causa política dessa revolta ao autor do inquérito — é uma atividade louvável, mas votada ao fracasso, por impossibilidade física de entrevistar cada um dos participantes. No caso dos motins de 25 e 26 de fevereiro de 1793,

<sup>9</sup> TACKETT, *The Coming*, pp. 241-244.

<sup>10</sup> *Ibid.*, p. 289.

Robespierre considerou o episódio como uma turba de mulheres, liderada por valetes da aristocracia<sup>11</sup>. O que só prova como a revolução emancipara realmente o povo. E vários exemplos do mesmo gênero ocorriam por toda a França. Com a escalada de violência, foi estabelecido a 11 de março de 1793 o Tribunal Revolucionário, liderado pelo grupo mais radical, os jacobinos. Robespierre foi eleito para o recém-criado grupo de nove membros — recorrente tentativa revolucionária de utilizar a inteligência coletiva em decisões colegiais — o Comité de Segurança Pública. O terror começou como um esforço de policiamento do território e controlo das conspirações, decretado a 5 de setembro de 1793. Robespierre defendia uma versão radical do sistema político, pois dadas as oportunidades de participar na vida política, as dissidências deviam ser punidas de forma implacável. Homens como Danton, um dos criadores do Comité, tinham uma visão mais moderada do processo político. Contudo, Robespierre passou a atacar todos os moderados, considerando-os cúmplices dos poderes estrangeiros, e por isso, traidores. O medo inflamava os discursos. E quanto mais medo, mais coragem revolucionária, numa espiral imparável. Com efeito, a derrapagem da virtude republicana para a perseguição a todas as formas de oposição ao governo brotava de uma certa paranoia, mas também de um perigo bem real: a lentidão e incerteza de julgamento, resultariam na impunidade, ou pior, no encorajamento dos culpados de quererem neutralizar a revolução, e Robespierre não andava longe da verdade<sup>12</sup>. A revolução não era apenas uma carta de princípios para discutir no clube privado, enquanto as relações comerciais fossem favoráveis, e a empada de caça pudesse ser acompanhada com champanhe. A título de exemplo, Robespierre argumentou na Assembleia Nacional contra o Comité Colonial, dominado por ricos proprietários de escravos. Os proprietários tinham posto um travão na avalanche de direitos políticos: camponeses ainda vá, mas escravos? Os revolucionários estariam na disposição de alienar as colónias e as riquezas a baixo custo, ou seja, pagas a sangue negro? Robespierre não tinha dúvidas sobre esta matéria: os interesses da humanidade

---

<sup>11</sup> Carol BLUM, *Rousseau and the republic of virtue: the language of politics in the French Revolution*, Cornell University Press, 1989, p. 198.

<sup>12</sup> Maximilien ROBESPIERRE, «Report on the Principles of Political Morality», 1794, disponível em <http://sourcebooks.fordham.edu/mod/1794robespierre.asp>

implicavam atender ao considerável número de cidadãos agrilhoados, incluindo aqui o sentido literal do termo. A delegação de abolicionistas, defensores do fim da escravatura, teve de ser protegida pelo Comité de Segurança Pública, e a convenção passou um decreto, banindo a escravatura, enquanto os proprietários de escravos pressionavam no sentido contrário. Robespierre discursou no dia seguinte, convidando os franceses a declarar todos os homens iguais<sup>13</sup>. Discursando perante o Comité de Segurança Pública, Robespierre deixaria claras as relações entre a crueldade da escravatura e os interesses comerciais: «perguntem a um mercador de carne humana qual é a sua propriedade e ele responderá mostrando esse longo caixão a que ele chama navio»<sup>14</sup>. Quando Robespierre resolveu mexer nos bolsos dos comerciantes, entrou num ponto sem retorno. Uma coisa era cortar o pescoço ao rei, a uns quantos aristocratas e conspiradores, agora tocar nas engrenagens do novo mundo? Era trair, de alguma maneira, o próprio fundamento da revolução. Robespierre ainda apoiou uma constituição radical, garantindo o sufrágio universal a todos os indivíduos e condenando a escravatura, mas o tumulto em que se transformou a revolução — percebemos bem porquê — permitiu colocar na gaveta todo o delírio democrático<sup>15</sup>.

## A RODA DA FORTUNA

**P**rova de que Robespierre talvez não fosse o demónio representado em alguns livros recentes, é que não apreciou o espetáculo degradante a que foi votada Maria Antonieta. A rainha não podia ter agulhas de costura, por isso fazia uma espécie de tapeçaria com fios grosseiros, rasgados dos forros de lona da sua cela, e apenas uma caixa para guardar os pertences e um copo. Quando Maria Antonieta foi acusada em tribunal de incesto, Robespierre não gostou, qualificando a acusação como vingança pessoal. Levada a 6 de outubro pelas ruas de Paris, num coche aberto, com as mãos atrás das costas, Maria Antonieta foi vigiada até ao fim,

---

<sup>13</sup> Peter MCPHEE, *Robespierre, A Revolutionary Life*, Yale University Press, 2012, pp. 87-113 e 173-186.

<sup>14</sup> Maximilien ROBESPIERRE, «The Principles of Property», 1794, disponível em <http://www.indiana.edu/~b356/texts/polit-moral.html>

<sup>15</sup> Jeremy POPKIN, *You Are All Free*, Cambridge University Press, 2010, pp. 350-70.

não sendo concedida nenhuma privacidade, nem para trocar o último toallete ensanguentado, com que tentava estancar o fluxo excessivo da sua menstruação<sup>16</sup>. Mas a situação entrou em perfeito descontrolo quando um grupo de deputados girondinos foi preso por conspiração a 5 de setembro de 1793. A competente defesa desses homens detidos, habituados ao jornalismo político, como Verginaud e Brissot, levou Robespierre a encerrar o julgamento. Os presos foram condenados à morte, e um deles, Cherales Dufriche-Valazé, ao ouvir a sentença, retirou do casaco um punhal e cravou-o no próprio peito, caindo para trás a verter sangue — um final digno de uma ópera de Verdi. Foram levados para a praça numa carroça, cantando a Marselhesa, hino da revolução, sendo todos guilhotinados em menos de quarenta minutos, incluindo o cadáver de Dufriche-Valazé<sup>17</sup>. Pouco tempo depois, a mulher do ministro Roland, acusada de ser amiga dos girondinos e amante do deputado Buzot, foi guilhotinada. O marido estivera escondido durante vários meses, mas ao saber da notícia, dirigiu-se a Paris, procurou um lugar calmo, debaixo de uma árvore, e suicidou-se com uma espada, deixando escrito: «Não desejo permanecer mais tempo num mundo crivado de crimes». Por outro lado, a guerra dos rebeldes movida contra a República levou a uma utilização de forças desproporcional. Basta ler a carta do general Westermann, escrita ao Comité de Salvação Pública: «esmaguei crianças debaixo dos cascos dos meus cavalos e massacrei mulheres que deixarão assim de dar à luz mais salteadores (...) Não fazemos prisioneiros, eles teriam de receber o pão da liberdade e a piedade não é revolucionária»<sup>18</sup>. As execuções tinham começado precisamente para combater os rebeldes (Lei de 19 de março de 1793), mas já ninguém controlava o sentido das execuções, e a guerra tornou-se muito mais mortífera do que as decapitações por guilhotina atribuídas a Robespierre<sup>19</sup>. O horror do esmagamento do exército Real e Católico, na famosa guerra da Vendeia, abalou pela primeira vez a legitimidade popular da revolução<sup>20</sup>. A viúva do general rebelde Bonchamps fugiu com os dois filhos pequenos, procurando

---

<sup>16</sup> David ANDRESS, *O Terror; A Guerra Civil na Revolução Francesa*, Civilização, 2007, pp. 213-214.

<sup>17</sup> *Ibid.*, p. 247.

<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 265.

<sup>19</sup> Donald GREER, *The Incidence of the Terror during the French Revolution: A Statistical Interpretation*, Harvard University Press, 1935, p. 14.

<sup>20</sup> EDELSTEIN, *The Terror*, p. 162.

abrigo nas casas rurais, mas apanharam varíola e foram obrigados a passar uma noite ao frio, para fugir às patrulhas de tropas revolucionárias. O filho morreu nos braços e a viúva de Bonchamps passou dois dias com o corpo morto do filho ao colo, até encontrar o pátio consagrado de uma igreja. A 17 de janeiro de 1794, o general Turreau criou as colunas infernais para trespassar com baionetas todos os salteadores apanhados com armas, incluindo crianças e mulheres, eliminando os rebeldes e incendiando aldeias. Foi o que sucedeu na aldeia de Montbert, no Loire, onde a 11 de fevereiro de 1794 foram assassinadas 72 pessoas, 49 mulheres. No dia seguinte, mais 20 assassinados, incluindo 14 mulheres. Tratava-se do habitual cortejo de horrores da guerra, mas homens como Saint-Just tinham elevado os padrões da revolução e a virtude do exército republicano, ao mandar fuzilar soldados apenas por roubarem ovos numa capoeira. Agora, os soldados republicanos «violavam mulheres rebeldes nas pedras que bordejavam as estradas principais e depois davam-lhes um tiro ou esfaqueavam-nas, ou exibiam crianças de colo na ponta das suas baionetas ou das lanças que tinham trespassado mãe e criança, com uma só estocada»<sup>21</sup>.

## O PARADOXO DA RELIGIÃO SECULAR

O pretexto para o ataque a Robespierre chegou com a sua incursão inofensiva no campo da filosofia das religiões. Robespierre apoiou o decreto onde se estabelecia o Culto do Ser Supremo como religião oficial da República. A nova religião, baseada nas ideias do cada vez mais popular — e cada vez mais odiado — Jean-Jacques Rousseau, era uma mistura de amor pela natureza, afeto pela cultura grega, piedade abstrata e curiosidade filosófica, ou seja, uma espetacular receita para o fracasso<sup>22</sup>. O Festival foi estabelecido no Dia de Pentecostes — seguindo o uso cristão dos primeiros séculos ao utilizar antigas festas romanas — e as celebrações erigidas no Campo de Marte, agora, *Campo da Reunião*. Coisas tão vagas como Liberdade, justiça e boa-fé, apareciam misturadas com uma crítica da monarquia e dos

---

<sup>21</sup> ANDRESS, *O terror*, p. 267.

<sup>22</sup> Mona OZOUF, *Festivals of the French Revolution*, Harvard University Press, 1988, pp. 274-75

sacerdotes. Convidar os homens ao amor uns pelos outros, enquanto se guilhotinavam umas centenas de indivíduos por dia, não terá sido um dos momentos mais inspirados de Robespierre. Além disso, o orgulho, a perfídia, a avareza, a falsidade e, sobretudo, o deboche, eram conquistas políticas dadas ao cidadão comum, sendo alto o preço a pagar por essa liberdade ilimitada. A igreja tinha prometido, durante séculos, um paraíso, por isso, se a revolução queria fundar uma nova religião, convinha ter arranjado alguma coisa em troca. Encabeçaram a marcha da Convenção, os deputados, levando flores nas mãos e espigas de trigo, as fardas cinzentas e as faixas tricolores e chapéus de pluma. Não faltou quem fizesse troça do quadro. Robespierre proferiu um discurso e depois, com uma tocha, pegou fogo a uma enorme efígie, representando o ateísmo, de onde saiu uma figura mais pequena, representando a sabedoria. No Campo da Reunião, foi preparada uma montanha coroada por uma árvore colossal, representando a liberdade. A multidão cantava hinos e Robespierre entusiasmou-se. Terá descido, radiante, qual Moisés, o que só podia atizar os principais concorrentes políticos.

## O TERROR COMO GARANTE DA PAZ

**A** pesar das toneladas de páginas para descodificar o terror, Robespierre explicou com transparente clareza o problema: na paz, o impulso do governo popular é a virtude, mas na revolução, a virtude tem de ser assegurada pelo terror. A desordem introduzida pela queda de um regime — num mundo habituado durante séculos à injustiça, à desigualdade, à humilhação e ao crime — só pode ser neutralizada através da coerção violenta. Os casos do Iraque ou, se quisermos um exemplo civilizado, da ex-Jugoslávia, aí estão para mostrar a pertinência do problema enfrentado por Robespierre e a revolução francesa. Toda esta conversa em torno da virtude parece despropositada, mas num mundo onde havia desabado o governo, e onde se empurravam os limites da ordem, associando todas as regras à tirania, a situação podia ser caótica. São lendários os episódios com deputados como Claude Javogues — um membro de uma família de juristas e advogado — mas que passava o dia embriagado, a agredir os peticionários, sendo comparado a um «mastim furioso, acabando de quebrar a sua

corrente», falando tão mal quanto a imaginação lhe permitisse, pois toda a polidez era associada à aristocracia. Podia dirigir-se a uma mulher atraente, sentada na sala de audiências, beijando-a, e depois colocava a mão no peito da senhora. Ao ser esbofeteado, respondia: «Olha lá, é menos errado agarrar-te as mamas do que roubar um tostãozito que seja». Da mesma forma, o general Charles-Philippe Ronsin terá afirmado na prisão que a perfeita liberdade só seria atingida «quando conhecesse uma puta agradável» e, levantando-lhe a, saia pudesse publicamente concretizar os seus instintos<sup>23</sup>.

## A REVOLUÇÃO DEVORA O SEU FILHO

**T**alvez Robespierre não se apercebesse do quanto o ódio entre os membros da Convenção era doentio. Vivia em casa de uma família de artesãos, e a mulher e as filhas da casa adoravam Maximilien Robespierre, preparavam as refeições, e mesmo nos momentos de escassez não faltava o pão branco e as luxuosas laranjas para facilitar a digestão, confirmando como os virtuosos acabam por se voltar para os prazeres da comida<sup>24</sup>. Mas as coisas estavam cada vez mais incontrolláveis. Marc Vadier acusava Danton de ser um gordo, anafado, e ameaçara estripá-lo. Danton ripostou, propondo arrancar a cabeça de Vadier, comer-lhe o cérebro e defecar-lhe no crânio. Mesmo se tomarmos a declaração pelo valor retórico, este tipo de declarações mostra o tom geral das discussões. Danton acabou por ser guilhotinado, não sem antes deixar um último dito de espírito: «não vos esqueceis de mostrar a minha cabeça diante do povo. É digna de ser vista». A 23 de maio de 1794, uma jovem mulher, Cécile Renault, foi presa perto da casa de Robespierre na posse de duas pequenas facas, sendo executada um mês depois. A 26 de julho, já Robespierre fazia discursos de duas horas na Convenção — um misto de autoindulgência, paranoia, no fundo, a tentativa desesperada de se explicar. Criticou os excessos sangrentos do governo revolucionário, mas era tarde demais, pois a história já tinha escolhido o seu bode expiatório e, por isso, qualquer ornamento retórico não passaria de um balido de cordeiro a caminho do matadouro. Preferiu então acusar vários

---

<sup>23</sup> ANDRESS, *O Terror*, p. 302.

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 268.

membros da Convenção de conspirarem contra si, mas instado a revelar quem, recusou dizer nomes. Erro crasso. Todos os membros sentiram o bafo de perigo e nem a intervenção do mais virtuoso emblema juvenil da revolução, o magnífico Saint-Just, conseguiu travar a queda de Robespierre, impedido de responder, quando as acusações soaram pela sala da Convenção. Mas num derradeiro esforço, Robespierre ainda foi capaz de acusar os cobardes de terem executado Danton. Robespierre foi preso, dando início a um incidente militar, mas a Convenção ameaçou qualquer esforço de resistência, com a execução em vinte e quatro horas e sem julgamento. Cercado pelas tropas da Convenção, já de madrugada, Robespierre tentou suicidar-se, mas sem conseguir; foi deitado numa mesa na sala do Comité de Segurança Pública, a aguardar execução, enquanto sangrava abundantemente. Aí foi alvo de chacota: «vejam só que belo rei» ou «Senhor, vossa majestade sofre». Ainda agradeceu a quem lhe estendeu o lenço para limpar o sangue da cara e da roupa. Na tarde do dia seguinte, 28 de julho de 1794, Robespierre foi guilhotinado, sem julgamento. Logo começaram a circular, nas ruas de Paris, panfletos acusando Robespierre de pretender a aclamação como rei, querendo, depois, desposar a herdeira do trono, a princesa adolescente, órfã e encarcerada, num estado miserável. Nada mais falso. A obra-prima do historiador R. R. Palmer captou de forma notável como o túmulo de Robespierre teve o tamanho suficiente para ali caberem todos os ódios e frustrações do projeto revolucionário e democrático<sup>25</sup>. Foi Robespierre quem primeiro esmagou o busto dos tiranos no clube jacobino, entendeu a ferida aberta por Rousseau na hipocrisia democrática<sup>26</sup>. Lá, onde ao menos por uma vez, a cabeça de um rei não foi guilhotinada, como em Inglaterra ou França, não se vive uma vida verdadeiramente livre. Se é verdade que o terror espregueira todos os regimes onde se pede demasiado ao exercício do poder, não é menos verdade que só voltando a Robespierre e a Rousseau se espreitará uma saída para a fanfarra de injustiças e hipocrisias, em que se transformou a democracia parlamentar.

---

<sup>25</sup> R. R. PALMER, *Twelve who Ruled, The Year of the Terror in the French Revolution*, Princeton University Press, 1989, p. 383.

<sup>26</sup> Robert DARNTON, *George Washington's False teeth*, Norton and Company, 2003, p. 16.



# V L A D I I I , P R Í N C I P E D A V A L Á Q U I A ( D R Á C U L A )

## *Cavaleiro da morte*



**O**Porto é uma cidade escura, chuvosa, em certos casos, sinistra — ou talvez estas impressões decorram dos lam-piões de ferro, da neblina e dos cartazes com apelidos ingleses, nos telhados dos armazéns das velhas companhias de vinho do Porto. Cheguei à cidade para participar numa conferência sobre enclaves, pequenos estados e separatismos na História da Europa. Levava comigo três livros (Thomas de Quincey, Edgar Allan Poe e Bram Stoker); nenhum destes autores, obviamente, de grande utilidade para o assunto em apreço. Na verdade, não era bem assim. No comboio, constatei não só a minha ignorância, como fiquei na posse deste notável facto: o livro sobre Drácula — publicado em 1897, pelo dublinense Bram Stoker — nasceu durante uma noite de pesadelo, por causa de uma indigestão de caranguejo<sup>27</sup>. Quando cheguei ao hotel, dei de caras com uma mulher alta, muito elegante, e um senhor de meia-idade envolvido num

<sup>27</sup> Florescu, Radu R. FLORESCU e Raymond T. MCNALLY, *Drácula, O príncipe de muitos rostos*, Fronteira do Caos, 1989, pp. 15-39.

sobretudo, ambos com aspeto eslavo, de pé, diante do elevador. Quando desci do quarto, já estava à porta do hotel o professor catedrático anfitrião — impecavelmente vestido e com inigualável humor, onde se misturavam elementos populares e a erudição típica de quem frequenta obscuras bibliotecas italianas há mais de quarenta anos. Abriu a porta do seu *Jaguar* e cumprimentou efusivamente a rapariga eslava, deixando-me, compreensivelmente, para segundo plano. Lá estava ela, Jana, junto do professor da Universidade de Praga. Daí a pouco estávamos os quatro junto ao mar, a jantar num bar sobre a praia. O controlo sobre a quantidade de vinho ingerido é uma arte para manusear, com todo o cuidado, nas redes de investigação académica internacional. Pode fazer maravilhas ao conferencista nervoso — se o vinho for ingerido moderadamente e após o almoço — mas pode arruinar carreiras, se abundante e num jantar, onde, fatalmente, a conversa percorre vales mais sinuosos, ou seja, mais íntimos. Jana tinha olhos grandes e tristes, e quando a conversa animou e o mar de gelo foi quebrado, eu achei por bem informá-la sobre alguns aspetos do *Drácula*, essa figura imortal, construída a história de um príncipe romeno. Quando tentei algumas piadas sobre albaneses, batalhas no Kosovo e príncipes sérvios cegados com barras de ferro, Jana deve ter achado estar na presença de um imbecil. E estava. No último dia, o luxuoso jantar de despedida, decorreu no Palácio do Freixo. O ruído dos copos de vinho, e os vestidos das senhoras professoras faziam lembrar banquetes oitocentistas. Mas como o espaço era pouco, era fácil dar uma cotovelada e estilhaçar um prato, cujo valor pagaria na totalidade todo o meu vestuário e os três livros que trazia comigo, pelo que atravessei todo o jantar vigiando os braços, sendo muito raciocinar nesta posição. A simpática Jana, de olhos tristes, vinda de Praga, não esboçou qualquer emoção quando lhe falei de Kafka. Olhou-me com ar piedoso. E quando falei de Kundera — que obviamente eu nunca lera — virou a cara como se dissesse: mas este parvo não acerta uma? Kafka era um «alemão» e Kundera, um «francês», e lembrei-me como a Europa é, apesar de tudo, um lugar complicado. Enquanto escrevo, os refugiados sírios caminham pelas estradas da Europa, em colunas bíblicas, carregando crianças de cabelo louro, olhos verdes e pele escura, mas chegaram às portas da Hungria e chocaram com a História. Os canhões de água e os muros de arame farpado despertaram a fúria do pacifismo europeu, porque talvez ignorem a quantidade de malucos nas florestas da

Hungria, munidos com metralhadoras e tatuagens nazis. Mas não devemos ser lesto a julgar, não me canso de dizer, o terror muçulmano; e o orgulho nacionalista, depois de humilhado pela conquista soviética, tem ali uma raiz profunda. O centro da Europa é uma ferida aberta. Um labirinto de nações em guerra, desesperadas por alcançar um território. De que reino medieval terão fugido os judeus dos Cárpatos, levados depois pelos nazis para Auschwitz? Até os húngaros começaram por ser um povo nómada, chegando à sua terra nos alvares da idade média, vindos da Ásia central, em tribos de arco e flecha, a fugir da guerra, e ainda hoje trazem na sua língua — e no seu nome — os vestígios da cultura turca. Quando os invasores bárbaros varreram a Europa, os reis da Hungria pediram, em 1211, aos germanos da Ordem Teutónica para protegerem as suas fronteiras a sudeste. Agora os germanos não sabem o que pedir à Hungria, perante as infelizes multidões de sírios, afegãos e iraquianos muçulmanos. Há um novo espectro correndo pela Europa, mas nada de novo debaixo do sol. A conversa foi ter inevitavelmente ao tema da ficção que os estados nacionalistas criaram, no século XIX, para esconder milénios de miscigenação entre religiões, tribos e povos. Jana começou por falar da literatura sobre as ordens de cavalaria e os mitos da Távola Redonda. Depois, a meu pedido, explicou, pacientemente, o que sabia sobre a história de Drácula. Um príncipe da Valáquia, na atual Roménia, chamado Vlad foi chamado a Nuremberga. Ao amanhecer do dia 8 de fevereiro de 1431, na capela dupla da fortaleza imperial, Vlad foi investido na ordem do Dragão, com dever de proteger o rei alemão e a sua família, defender o império, cuidar das viúvas e órfãos, defender o catolicismo, propagar a fé e empreender cruzadas contra os turcos infiéis. O objetivo secreto dos membros recrutados na realeza da Europa (reis de Aragão e Nápoles, Sérvia, príncipes da Lituânia e da Polónia) era construir um império católico, o que lembra o secretismo serôdio e as ambições terroristas dos vários grupúsculos do médio-oriente. Segundo Jana, o cavaleiro Vlad usava uma capa verde — lembrando a cor do Dragão — sobre uma túnica vermelha, tal como o sangue dos mártires, além de uma outra capa preta, para usar nas sextas-feiras ou na paixão de Cristo. Sobre o peito, o colar de ouro com a insígnia do Dragão, asas e patas esticadas, mandíbulas semiabertas. O colar devia ser depositado no caixão, após a morte do portador. Jana deve ter notado o meu ar incrédulo e, para castigar a minha incredulidade, continuou. Naquele dia, quando

caiu a noite, Vlad foi jurar fidelidade ao imperador sacro-germânico. Acenderam-se fogueiras, vieram dançarinos e malabaristas e, nos arredores da cidade, junto à porta de Tiergarten, os melhores cavaleiros do império ergueram os seus estandartes e mostraram a sua perícia guerreira, sob as armaduras pesadas. Vlad, montando um ganharão árabe, mostrou a águia da Valáquia, e uma dama desconhecida lançou da tribuna imperial uma fivela de ouro, depois entregue por Vlad, ao seu filho<sup>28</sup>. Mas o imperador, apesar das formalidades, continuou a reconhecer o meio-irmão de Vlad como rei da Valáquia, devido a complicados aspectos da política imperial. Vlad regressou então à fortaleza nas montanhas, para vigiar a fronteira, e sonhava com o trono da Valáquia. Vlad passou a ser conhecido por Dragão, a partir da versão latina *Draco*, e o povo, sempre económico, desconhecendo os pormenores simbólicos, no fundo, ignorando o folclore político, ao ver o dragão no escudo e nas moedas, optou pelo trocadilho espirituoso, chamando a Vlad II, *Dracul*, ou seja, demónio, pois o Dragão morto por S. Jorge era o Diabo, o que em romeno se designa da mesma maneira (Dragão igual a Diabo). Como os príncipes não se preocupavam muito com questões matrimoniais e adotavam o modelo do harém turco, Vlad deve ter mantido relações sexuais com diversas mulheres, mas não há dúvidas sobre a identidade dos três filhos. O mais novo, Radu, muito belo. O mais velho, Mircea. E o do meio seria Vlad III, o *Drácula*, ou seja, filho do Dragão, nascido precisamente nesse ano de 1431. Jana sorriu. Mas o filho de Vlad seria realmente um demónio, ou psicopata? Um déspota renascentista ou um patriota pré-maquiavélico? Um excelente capitão de guerra ou simplesmente um terrorista e sádico? Jana não respondeu e contou como durante a visita do presidente Nixon a Bucareste, em 1969, começaram a ser investigadas mais profissionalmente as raízes históricas de Drácula. Nesta altura já o jantar era digno de um livro de Dan Brown, ou mesmo de um espetacular romance escrito por José Rodrigues dos Santos. Falamos da Biblioteca da Academia Romena em Bucareste, da Biblioteca Bruckhental em Sibiu e dos Arquivos Brasov, das visitas de Jana à Bayerische Staatsbibliothek em Munique e dos arquivos Estatais da velha e sinistra Nuremberga e sobre as trinta e duas histórias de Drácula, encontradas manuscritas na biblioteca do antigo mosteiro de Saint Gall, na Suíça. Falamos dos arquivos de Istambul, onde se podem consultar historiadores bizantinos, e

---

<sup>28</sup> Ibid., p. 77.

dos poemas do trovador da idade média de finais do século XV, guardados na biblioteca da Universidade de Heidelberg e das antigas dificuldades em investigar qualquer assunto em solo Soviético, dos manuscritos sobre Drácula, da autoria de Fedor Kuritsyn, o enviado de Moscovo à corte Húngara no século XV, e dos relatórios das repúblicas de Veneza e Génova, Ferrara, Bolonha e Milão. Falamos das opulentas bibliotecas da Fundação Rosenbach, em Filadélfia, onde dormem as notas utilizadas por Bram Stoker para contruir o seu romance, Drácula, e claro, dos incontornáveis Arquivos Secretos do Vaticano onde dormem as descrições do nuncio Apostólico na corte húngara, que conheceu Drácula pessoalmente. Por fim Jana, contou, a sussurrar, como em 1931, um arqueólogo abriu o túmulo de Drácula e ainda lá estava a fivela de ouro, oferecida ao seu pai, Vlad II, e atirada da tribuna imperial por uma dama desconhecida.

## O NASCIMENTO DO DRAGÃO

**D**rácula nasceu em Sighișoara, na Transilvânia, reino da Hungria (hoje parte da Roménia) nas terras para lá da floresta, e das montanhas dos Cárpatos, habitadas pelos dácios-romanos, cujo latinismo deu origem ao romeno. Corria o inverno de 1431, o ano em que Joana d'Arc foi condenada à fogueira por bruxaria. Enquanto uma parte da Europa vivia nesta obscuridade ridícula ou em guerras civis, como no caso britânico, lembremos que nesta época, o conde de Worcester foi aprender nos Balcãs a técnica do empalamento. Aliás, enquanto a Europa era um fragmento de cidades, reinos, potentados e unidades políticas muito variadas, os turcos otomanos mantinham o governo sobre um amplo território. Os sultões Murad II (morto em 1451) e Mehmed II (morto em 1481) eram cultos, mecenas de artistas italianos e casados com mulheres bizantinas de cultura latina e grega, tolerantes em relação a outras religiões, dando asilo a judeus, expulsos dos reinos europeus. As crianças dos príncipes nascidos nestas regiões eram educadas por professores gregos vindos de Constantinopla. Drácula aprendeu matemática, geografia, filosofia antiga, latim, estando longe de ser apenas um bruto de espada na mão. Todavia, as crianças eram também expostas às tempestades, numa tradição espartana e, se sobrevivessem às febres provocadas pelas constipações, eram consideradas dignas de se tornar príncipes e reinar. Uma

criança de cinco anos tinha de ser capaz de montar um cavalo sem sela, mas também mostrar qualidades em concursos de saltos, jogos de bola, teatros de fantoches. Caçavam águias com fundas, deslizavam com trenós sobre as encostas nevadas e montavam armadilhas. O pequeno Drácula foi possivelmente batizado na igreja ortodoxa, mas pode ter frequentado a missa católica no mosteiro dominicano, perto de Sighișoara, o que segundo a tradição popular não impedia o pequeno Drácula de mostrar uma curiosidade mórbida, observando da janela do seu quarto, quando os criminosos eram levados para a Torre de Menagem, para serem enforcados<sup>29</sup>. Quando o seu meio-irmão adoeceu, o pai de Drácula, Vlad, formou um exército e avançou para a Valáquia, derrotando todos os opositores e indo ocupar o trono; no inverno de 1436-1437, entrou na cidade mais importante e foi depois reconhecido pelo imperador como rei da Valáquia. Com seis anos, Drácula deixou a vida rural e passou a viver na corte de Tîrgoviște, aprendendo os aspetos mais requintados da vida de um príncipe, equitação e esgrima. Com o avanço militar dos turcos, Vlad resolveu tornar-se vassalo do sultão, permitindo a passagem dos turcos pela Valáquia. Quando foi encontrar-se com o Sultão Murad em Gallipoli, em 1442, Vlad, levou os seus três filhos. Vlad e Mircea acabaram por ser libertados, mas Radu e Drácula ficaram em cativeiro, entre os turcos.

## O CATIVEIRO

**D**rácula foi com o sultão para a corte em Adrianopla e no verão subia ao palácio de Manisa. Para garantir a fidelidade aos turcos Otomanos, o Sultão instilou a cultura muçulmana nos seus prisioneiros. Apesar das razoáveis condições dos prisioneiros, dois príncipes sérvios, Stefan e Gregor, também em cativeiro, violaram as condições da sua detenção e mantiveram uma correspondência com o pai. O sultão mandou cegar os rapazes com um ferro em brasa, apesar das lágrimas da irmã, Mara, a esposa do sultão<sup>30</sup>. Mas Radul e Drácula cumpriram as ordens e foram criados com o filho do sultão, Mehmed. Drácula foi educado pelo filósofo curdo, Ahmed Gürani, na Lógica aristotélica, aprendeu o Corão e a

---

<sup>29</sup> Ibid., pp. 81-82.

<sup>30</sup> Ibid., p. 93.

língua turca<sup>31</sup>. Começaram então os problemas. Radu era belo, inteligente e de personalidade doce. Procurado pelas mulheres do harém do sultão, era tratado com indulgência e simpatia, enquanto Drácula, desagradável e agressivo, era proscrito e muitas vezes, educado a chicote. O ódio entre os dois irmãos deve ter crescido. Radu, alegadamente, tornou-se amante de Mehmed, futuro Sultão, o que deve ter piorado bastante as relações entre os irmãos. Há quem proponha o tratamento a Drácula entre os turcos como a origem do seu destempero moral. É uma hipótese, tal como a morte violenta do pai e do irmão mais velho. Na difícil e mortal política de alianças entre reinos cristãos, em guerra com os turcos, mas também uns com os outros, o pai de Drácula, Vlad, apesar do cativo dos filhos, continuou a política ambígua. O irmão de Drácula, Mircea, acabou torturado e enterrado vivo. Vlad quis juntar-se às tropas turcas, mas foi capturado pelos exércitos de Vladislav II — com ambições ao trono da Valáquia, e patrocinado pelos turcos. Enquanto tentava fugir, Vlad foi rapidamente assassinado nos pântanos perto de Bucareste. Mas antes de morrer — ainda em fuga — enviou a sua espada e o colar de ouro pelo Chanceler, chamado Cazan, e este cavalgou dia e noite, das suas terras de Oltenia, atravessando o Danúbio em Drobuja, e chegou a Adrianopla, relatando a Drácula a horrível morte do pai e do irmão.

## ALIADO DOS TURCOS

**A**ssistido pelos turcos, Drácula perseguiu então o trono da Valáquia e travou diversas batalhas com o protegido dos húngaros, Vladislav II. No ano de 1448 esteve no trono por algumas meses, regressando a Adrianopla e à corte do Sultão por altura do Natal. O inteligente Vladislav II aproximou-se então dos turcos, tentando convencer o sultão a executar Drácula, que fugiu para a Moldávia, pois o príncipe reinante, Bogdan, era seu tio. Em junho de 1450, Drácula, entretanto instruído por monges eruditos moldavos influenciados pela cultura italiana, lutou contra exércitos polacos<sup>32</sup>. No meio destas confusas alianças, Drácula reapareceu com o apoio do chefe militar húngaro, Janos Hunyadi — que estivera na origem das maquinações para assassinar o pai e o irmão de Drácula — e do rei da Hungria, Ladislaus. Janos Hunyadi era uma

<sup>31</sup> Ibid., pp. 22-23.

<sup>32</sup> Ibid., pp. 106-107.

estranha mistura de chefe carismático, guerreiro e financeiro emprestador a juros ao império sacro-germânico, e certamente se aproximara de Drácula para o assassinar. Drácula foi esconder-se novamente nas proximidades de Brasov. Como Mehmed II subiu ao trono e Vladislav II (rei da Valáquia, não nos percamos) decidira aproximar-se dos turcos, Janos Hunyadi retirou o seu apoio a Vladislav II e deixou de pretender assassinar Drácula. Mehmed — que escolhera, como vimos, para seu amante, o irmão de Drácula, Radu — era um homem dissoluto e, por isso, ao tornar-se sultão, e como a sua mãe era uma escrava, a primeira ordem tomada foi mandar afogar na banheira o seu meio-irmão (ainda uma criança) e concorrente, enquanto a mãe dessa criança lhe prestava honras públicas. Este Mehmed é nem mais, nem menos, o conquistador de Constantinopla, e a queda desta brilhante e indestrutível cidade deixou em estado de choque a cristandade. Mehmed II sitiou a cidade, fechou o estreito do Bósforo e, como o imperador bizantino tinha rejeitado uma oferta para construir canhões a um armeiro de Brasov, Mehmed decidiu pagar o preço e mandou construir um canhão de oito metros, com um cano de um metro de diâmetro, disparando balas com 75 quilos de pólvora, causando danos irreparáveis nas fortificações. Os turcos entraram na cidade no dia 20 de maio de 1453, após três dias de pilhagens (sendo assassinadas 4000 pessoas e feitos escravos 50 000 homens, mulheres e crianças). Mas Drácula não se atemorizou com esta vitória, antes aproveitou o momento e, em 1456, com apoio húngaro, eliminou o aliado dos turcos, Vladislav II, tornando-se príncipe da Valáquia, aos 25 anos.

## DRÁCULA, O PRÍNCIPE CRUEL

**A** pesar dos poucos retratos, sabemos que Drácula tinha nariz aquilino, Anarinas abertas, rosto magro, olhos verdes; sobranceiras peludas, bigode farto, pescoço taurino e cabelo comprido, negro. Os seus reinados foram gloriosos. Fortaleceu Bucareste, dada a sua obsessão pelas muralhas. Fortificou o mosteiro de Snagov, onde estava o tesouro régio. Em 1457, cercou os culpados da morte do seu irmão, os boiardos — lavradores e proprietários — de Tîrgovişte e conduziu-os até ao local onde pretendia reconstruir um castelo para sede do seu reino. Foram construídos fornos para fabricar tijolos e os escravos forçados a trabalhar nas obras, na escarpa montanhosa. O castelo era um prodígio militar, com



cinco torres e torre de menagem em forma cilíndrica. Depois de dizimar uma grande parte dos boiardos, Drácula criou a sua nobreza, a partir de antigos servos e camponeses humildes e claro, mercenários impiedosos. A sua crueldade manifestou-se então com toda a eloquência. Quando recebeu uma delegação genovesa — cujos embaixadores não retiraram o pequeno chapéu de tecido das suas cabeças, os solidéus — Drácula perguntou por que razão o tinham feito e, como os diplomatas genoveses afirmaram ser esse o seu costume, não sendo obrigados a tirar o chapéu diante de ninguém, Drácula, ajudado pelos criados e guardas, cravou com pregos os solidéus nas cabeças dos embaixadores<sup>33</sup>. Apesar de defender os camponeses e não permitir aos mais ricos comprarem a justiça e fazerem subornos, Drácula viajava muitas vezes pelo campo, disfarçado, e podia mandar empalar a mulher de um camponês por considerar que era preguiçosa. Certo dia, mandou reunir os pedintes, pobres, cegos, coxos em Tîrgovişte. Serviu um banquete digno das mais luxuosas refeições reais e, quando todos terminaram e a grande maioria estava embriagada, trancou as portas e lançou fogo à grande casa. Se era também uma tentativa de exterminar ciganos, ou conter a peste, as fontes dividem-se. Também se conta que tendo sido preso um chefe cigano, protestou junto de Drácula contra o empalamento e foi por isso cozido em água, num caldeirão, para servir de pasto aos outros membros da sua tribo. Mas Drácula erradicou o roubo, testando continuamente os súbditos. Conta-se como colocou uma taça de ouro numa fonte inóspita, mas ninguém ousava roubar a taça, só pelo terror do castigo. Impôs uma segurança, inaudita para a época, nas estradas, e os mercadores podiam viajar tranquilos, embora estivessem sempre à prova, como conta certa história em que, tendo sido roubado um mercador de Florença, no valor de 160 ducados, Drácula mandou procurar o ladrão por toda a cidade de Tîrgovişte, sob pena de a arrasar e, mandando colocar os 160 ducados mais um na carroça do mercador, este, dando pelo dinheiro, contou a Drácula como voltara a encontrar os 160 ducados, encontrando ainda um, que estava a mais. Drácula mandou então ir o mercador em paz, por ter confessado o ducado em acréscimo, mas fez questão de confessar que, não fosse a honestidade do mercador, teria sido empalado, em conjunto com o ladrão<sup>34</sup>. As fontes conservam toda a espécie de horrores

---

<sup>33</sup> Ibid., p. 149.

<sup>34</sup> Ibid., 156-157.

durante o seu reinado. Mandava cortar órgãos sexuais em casos de sexo fora do casamento, com ordem para a mulher ser esfolada e pendurada, com a pele pendurada num poste, a curta distância. Por pequenos delitos, ordenava o corte de mamilos ou a introdução de ferros nos órgãos sexuais. O empalamento, muito praticado pelos turcos, era executado com horrível crueldade, para prolongar o sofrimento das vítimas, e tornou-se lendário o aparecimento monstruoso de florestas de empalados, com milhares de pessoas penduradas ao longo das estradas. Claro que muitas destas crueldades terão apenas diferido na escala, em relação a Luís XI, o rei aranha, ou Ferrante de Nápoles, ou outros *signori* renascentistas italianos como os Sforza ou os Borgia<sup>35</sup>.

## AMBIÇÃO E MORTE

**P**erante o apelo e as moedas de ouro do Papa, ocorreu nova cruzada, em 1459, contra os Otomanos. Drácula apoiou a cruzada para tentar expulsar definitivamente os Otomanos da Valáquia. Mehmed II tentou impor um tributo em dinheiro, mas Drácula não só recusou, como aplicou o seu famoso tratamento de prender os chapéus dos embaixadores à respetiva cabeça por meio de pregos. Drácula tinha ambições predatórias — o que era normalíssimo na época — e no inverno de 1462 atravessou o Danúbio, devastando grandes porções de território. Drácula utilizou o seu conhecimento da cultura turca para se infiltrar em acampamentos otomanos e provocar baixas. Confessou — ou melhor, orgulhou-se — de ter morto 23 884 turcos, sem contar os queimados nas suas próprias casas. Irado, o sultão Mehmed II formou um gigantesco exército e em 1462 atacou a Valáquia. Contudo, as repúblicas italianas e o papa exultavam com os esforços de Drácula em defender o território, pois enfraquecia os ataques dos turcos contra Veneza e Génova. Mas os otomanos forçaram Drácula a abandonar a Valáquia. A liderar o bem fornecido e numeroso exército turco, o irmão de Drácula, Radu, entrou no interior da Valáquia e foi nomeado governador otomano. Os lavradores e proprietários apoiaram Radu, mais convencidos dos benefícios da proteção dos otomanos. Drácula procurou apoios para recuperar a Valáquia até 1462, mas emboscado pelos húngaros, muito perto de Rucăr, foi preso.

---

<sup>35</sup> Ibid., pp. 161-162.

Em 1463, era impresso em Viena o primeiro texto em alemão sobre Drácula, justificando a sua prisão. Os estudiosos ainda hoje discutem as razões desta traição, mas provavelmente deveu-se à ambição do rei da Hungria, menos interessado em lutar contra os otomanos do que em ganhar poder no centro da Europa cristã. Drácula permaneceu preso numa fortaleza, durante cerca de 4 anos, embora não existam certezas sobre a duração deste novo cativo. Mas a pressão dos otomanos a norte do rio Danúbio levou à libertação de Drácula, pois todos os esforços eram poucos, nos momentos de verdadeira ameaça otomana. Durante os anos seguintes, para reconquistar a Valáquia, Drácula tentou alianças com o soberano da Transilvânia, os húngaros e os moldavos. A notícia da morte do irmão de Drácula, Radu, contribuiu para o fim do governo Otomano, e os turcos fugiram à aproximação do exército cristão. Drácula recuperou o trono da Valáquia, mas por pouco tempo, pois os turcos voltaram à carga para devolver o governo ao príncipe Basarab. Drácula acabou por ser morto, em 1476, não sendo certo se foi assassinado por valaquianos desleais, ou em combate com os turcos. Segundo as crónicas Turcas, Drácula foi decapitado e, não havendo televisão, a sua cabeça foi levada para Istambul, para ser exposta e não restarem dúvidas da sua morte. Não restam dúvidas de que mesmo perante a violência da época, o comportamento de Drácula deve ter chocado muita gente<sup>36</sup>. E o facto de o inventor da imprensa, Gutenberg, ter vivido no mesmo período, transformou os panfletos sobre os horrores de Drácula nos primeiros *best-sellers* da Europa.

---

<sup>36</sup> John AKEROYD, «The Historical Dracula: Monster or Machiavellian Prince?», *History Ireland*, 2009, disponível em <http://www.historyireland.com/18th-19th-century-history/the-historical-dracula-monster-or-machiavellian-prince/>